



XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0017

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0173

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão "GABARITO" com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível e a caneta.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO".

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- Rasura do cartão GABARITO;
- Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO; e
- Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO". A leitura ótica do cartão poderá restar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão "GABARITO".

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação "seca", "comentada" ou "anotada", doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiver grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, no CADERNO DE RESPOSTAS, bem como, no cartão "GABARITO". Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas.

Após homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e cadernos de prova e de resposta serão destruídos.

Boa Vista, 03 de setembro de 2017.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

**N
Ã
O**

**U
T
I
L
I
Z
A
R**

**E
S
T
E**

**E
S
P
A
Ç
O**



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Quando o agente prevê que sua conduta pode levar a certo resultado lesivo, embora acredite, firmemente, que tal evento não se realizará, confiando na sua atuação para impedir o resultado, diz-se que agiu com:

- A) Dolo direto.
- B) Dolo eventual.
- C) Culpa consciente.**
- D) Culpa imprópria.

2. No dia 15 de julho do ano de 2017, Juca subtraiu a motocicleta de Carlos, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo. Logo no dia seguinte, arrependido de seu ato, Juca restituiu a motocicleta em uma Delegacia para que fosse devolvida à vítima. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A devolução do automóvel configura arrependimento eficaz.
- B) A devolução do automóvel configura arrependimento posterior.
- C) A devolução do automóvel configura desistência voluntária.
- D) A devolução do automóvel configura circunstância atenuante de pena.**

3. Não constitui causa extintiva da punibilidade:

- A) A morte do agente.
- B) O perdão nos casos de ação privada, independentemente da aceitação pela vítima.**
- C) A decadência.
- D) A anistia, graça ou indulto.

4. Leia os incisos abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - Pelo princípio da reserva legal, os tipos penais não podem ser criados por medida provisória.

II - *Abolitio criminis* ocorre quando uma lei posterior deixa de considerar um fato como criminoso.

III - A lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha havido coisa julgada.

- A) O item III está incorreto e os demais estão corretos.**
- B) O item I está correto e os demais estão incorretos.
- C) Os itens I, II e III estão corretos.
- D) Os itens I e II estão incorretos.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

5. A legítima defesa é causa de:

- A) Exclusão da tipicidade.
- B) Exclusão da culpabilidade.
- C) Exclusão da ilicitude.**
- D) Diminuição da pena.

6. Assinale a assertiva INCORRETA:

- A) A incapacidade da vítima para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, agrava a pena do crime de lesão corporal.
- B) Para a caracterização do crime de tortura previsto na Lei 9.455/97, é necessário que a violência seja empregada com o objetivo de obter informação, declaração ou confissão da vítima.
- C) O pai que permite que o filho menor não habilitado conduza veículo automotor, pode responder por crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro.
- D) Aquele que mantém sob sua guarda arma de fogo de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência, pratica o crime de porte ilegal de arma de fogo.**

DIREITO CIVIL

7. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.**
- C) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- D) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

8. No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos:

- A) O assento de natimorto.
- B) Apenas o assento de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
- C) O assento de nascituro.
- D) Os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.**

9. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida.
- B) Considera-se domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual o último lugar onde morou.**
- C) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde alternativamente viva, seu domicílio será qualquer delas.
- D) O domicílio do preso é o lugar onde ele cumpre a sentença.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

10. A respeito do direito das famílias, assinale a opção CORRETA:

A) O ato jurídico da adoção depende da efetiva assistência do poder público e de sentença constitutiva, ressalvados os casos de maiores de dezoito anos de idade, que independem de sentença.

B) Não se admite a alteração do regime de bens no curso do matrimônio.

C) O reconhecimento de filhos havidos fora do casamento pode ser feito por manifestação direta e expressa perante o juiz.

D) A obrigação de prestar alimentos não é transmitida aos herdeiros do devedor.

11. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A renúncia da herança pode ser expressa ou tácita.

B) A aceitação da herança pode ser expressa ou tácita.

C) Não se pode aceitar herança sob condição.

D) Não se pode aceitar ou renunciar a herança parcialmente.

12. Os registros disciplinados pela Lei de Registros Públicos (LRP) são:

A) Civil de pessoas naturais, Juntas Comerciais, de títulos e documentos e de imóveis.

B) Civil de pessoas naturais, de títulos e documentos, de imóveis e protestos.

C) Civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis.

D) Civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos, protestos e imóveis.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Sobre o inquérito policial assinale a opção INCORRETA:

A) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

B) O Ministério Público, por não dispor de poder de investigação criminal, não poderá dispensar o inquérito policial.

C) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

14. Sobre o início da ação penal pública, a denúncia proposta pelo Ministério Público, a fim de que não seja objeto de rejeição judicial por inépcia, deverá conter, EXCETO:

A) A exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.

B) A qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.

C) A dosimetria da pena.

D) Quando necessário, o rol das testemunhas.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

15. Sobre as provas no processo penal, assinale a opção INCORRETA:

A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

B) Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.

C) É facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.

D) É igualmente facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

16. Sobre a prisão em flagrante, assinale a opção INCORRETA:

A) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência

B) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com objetos que façam presumir ser ele autor da infração.

C) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.

D) A prisão de qualquer pessoa será comunicada imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e a família do preso ou à pessoa por ele indicada.

17. Sobre a revelia no processo penal, assinale a opção INCORRETA:

A) Será decretada se o acusado mudar de residência e não comunicar o novo endereço ao juiz.

B) Será igualmente decretada quando o acusado for citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato e deixar de comparecer sem motivo justificado.

C) Será levantada no momento em que o acusado voltar a comparecer ao processo.

D) Implica em presunção de veracidade dos fatos alegados na denúncia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Marque a opção CORRETA acerca do Poder Judiciário:

I - O princípio da livre convicção do juiz nas decisões dispensa a fundamentação.

II - O princípio da inércia jurisdicional implica na obrigação do Poder Judiciário aguardar a devida provocação para julgar alguma causa.

III - O juiz não poderá indeferir pedido da parte que requer a aplicação dos benefícios da justiça gratuita

IV - O juiz instaura o processo civil quando recebe a petição inicial.

A) Os itens I e II estão corretos.

B) Os itens II e IV estão corretos.

C) Os itens I, III e IV estão corretos.

D) Somente o item III está correto.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

19. Marque a opção CORRETA:

I - Com o objetivo de aplicar o ordenamento jurídico, o juiz deverá atender aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

II - É vedado no processo civil quaisquer das partes agir de má-fé.

III - O direito de ação para salvaguarda de direito é um direito público subjetivo.

IV - A solução consensual de conflitos deverá ser tentada a qualquer momento no processo civil.

A) Somente os itens I e II estão corretos.

B) Somente os itens III e IV estão corretos.

C) Todos os itens estão corretos.

D) Todos os itens estão errados.

20. Marque a opção CORRETA:

A) A regra no processo civil é ser o ônus da prova da parte ré.

B) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

C) O princípio do impulso oficial representa a obrigatoriedade que tem o cartório judicial de promover os atos a seu cargo de modo a auxiliar na prestação jurisdicional.

D) Não é admissível, no processo civil, alguém pleitear em nome próprio direito alheio.

21. Acerca do Ministério Público, é CORRETO afirmar:

A) A missão de ser fiscal da lei representa a mesma finalidade de ser fiscal da ordem jurídica.

B) O Ministério Público não atua ou intervém no processo civil quando o litígio envolve direitos disponíveis, mesmo quando a parte é menor de 18 anos por já ter representante legal.

C) Quando o magistrado, num determinado processo, entende que há necessidade do Ministério Público se manifestar formalmente acerca do objeto e interesse do litígio, referida instituição não poderá ser recusar.

D) Nos casos de segredo de justiça decretado judicialmente, tal medida não alcança a obrigatória presença e participação do Ministério Público nos processos em que atue.

22. Marque a opção CORRETA:

A) A propositura da ação é um instrumento que demonstra a aplicação do princípio dispositivo.

B) Com base no princípio da informalidade e celeridade, o juiz poderá delegar atos decisórios para que estagiário de direito possa homologar, em audiência de conciliação nos Juizados Especiais Cíveis, acordos formalmente apresentados pelas partes litigantes.

C) O princípio da razoável duração do processo representa aquele que obriga o Poder Judiciário, na condução do processo civil, julgar a demanda no prazo de até um ano contado do protocolo da ação.

D) O juiz não pode decidir contra uma parte sem que seja dada oportunidade dela ser prévia ouvida, ressalvado o caso de matéria que deva decidir de ofício. Por esta razão, não é aplicável o instituto da revelia no processo civil.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Assinale a alternativa CORRETA:

A) Os direitos fundamentais de primeira dimensão são aqueles que outorgam ao indivíduo direitos a prestações sociais estatais, caracterizando-se, na maioria das vezes, como normas constitucionais programáticas.

B) A indenização por danos material, moral e à imagem abrange as pessoas físicas e jurídicas

C) Os direitos e as garantias expressos na Constituição Federal de 1988 excluem outros de caráter constitucional decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, uma vez que a enumeração constante no artigo 5.º da CF é taxativa.

D) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.

24. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A retirada de um dos sócios de determinada empresa, quando motivada pela vontade dos demais, deve ser precedida de ampla defesa, pois os direitos fundamentais não são aplicáveis apenas no âmbito das relações entre o indivíduo e o Estado, mas também nas relações privadas. Essa qualidade é denominada eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

B) As pessoas jurídicas são beneficiárias dos direitos e garantias individuais, desde que tais direitos sejam compatíveis com sua natureza.

C) A Constituição Federal de 1988 estabelece direitos e garantias fundamentais de todas as pessoas, de tal modo que não deve haver quaisquer formas de discriminação, reconhecendo os direitos aos homossexuais e igual valoração jurídica nas relações homoafetivas.

D) O Ministério Público está autorizado, desde que para fins de instrução processual penal, a requerer, diretamente, sem prévia autorização judicial, a quebra de sigilo bancário ou fiscal dos agentes envolvidos em delitos sob investigação.

25. Assinale a alternativa CORRETA:

A) O direito à não produção de provas contra si decorre do princípio do devido processo legal, devidamente consagrado no nosso sistema constitucional.

B) A lei penal pode retroagir para beneficiar ou prejudicar o réu.

C) Para fins de observância do princípio da legalidade penal, o presidente da República está autorizado constitucionalmente a definir condutas criminosas por meio de medida provisória.

D) A tortura é crime afiançável e suscetível de graça ou anistia.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

26. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O mandado de injunção é remédio jurídico apto a enfrentar a inconstitucionalidade por omissão.
- B) O mandado de segurança pode ser impetrado contra autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, como é o caso dos agentes de pessoas jurídicas privadas que executam, a qualquer título, atividades e serviços públicos.
- C) A legitimidade ativa para a propositura de ação popular — um dos institutos jurídicos responsáveis pelo controle da administração pública — é privativa do Ministério Público
- D) É possível a concessão de mandado de segurança coletivo impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pelo abuso de poder for ministro de Estado.

27. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Admite-se a impetração de habeas corpus em favor de pessoa jurídica nos casos em esta figure como ré em ação de crime contra o meio ambiente.
- B) O habeas corpus pode ser impetrado tanto contra ato emanado do poder público como contra ato de particular, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção
- C) O habeas data é ação de natureza mandamental que se destina a assegurar o conhecimento de informações pessoais constantes de registro de bancos de dados governamentais ou de caráter público, mas que não dá ensejo à retificação de dados errôneos deles constantes.
- D) O polo passivo do mandado de injunção poderá ser ocupado por particular.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. O dever de licitar decorre de norma constitucional segundo a qual as obras, os serviços, as compras e as alienações devem ser contratados mediante processo licitatório público, ressalvados os casos especificados em lei. Sobre a Lei de Licitações, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- B) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- C) Nos casos em que couber convite, a Administração não poderá utilizar a tomada de preços, tampouco a concorrência.
- D) Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

29. Considerando o tratamento constitucional e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal relativo à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir:

I - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

II - Em caso de inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, o Estado é responsável pela morte de detento.

III - É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

IV - Na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva relativamente aos terceiros não-usuários do serviço.

A) Todos os itens estão corretos.

B) Apenas os itens I e IV estão corretos.

C) Os itens III e IV estão incorretos.

D) O item IV está incorreto.

30. Com relação ao processo administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O prazo decadencial do art. 54 da Lei nº 9.784/99 não se aplica quando o ato a ser anulado afronta diretamente a Constituição Federal.

B) É possível a utilização, em processo administrativo disciplinar, de prova emprestada validamente produzida em processo criminal.

C) É possível o cumprimento imediato da penalidade imposta ao servidor logo após o julgamento do PAD e antes do julgamento do recurso administrativo cabível.

D) É ilegal a instauração de processo administrativo com fundamento em denúncia anônima.

31. A concretização do exercício das funções administrativas depende de poderes instrumentais (Poderes-deveres ou deveres-poderes). Assim, é imprescindível que a Administração, na busca do interesse coletivo, tenha de restringir o exercício de liberdades individuais, além do uso, gozo e disposição da propriedade privada. (BANDEIRA DE MELLO, Celson Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Malheiros, 26ªed.2009). Assinale a alternativa que se coaduna com o conceito ora apresentado:

A) Poder regulamentar.

B) Poder disciplinar.

C) Poder de polícia.

D) Poder normativo.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

32. Com referência ao regime jurídico e aos princípios da administração pública, assinale a opção CORRETA de acordo como o pensamento doutrinário dominante:

- A) São considerados como basilares da administração pública os princípios da legalidade, da supremacia do interesse público sobre o privado e o da continuidade do serviço público.
- B) Para o particular, o princípio da legalidade tem conotação negativa ou restritiva; já para a administração pública ele apresenta caráter positivo ou ampliativo.
- C) Decorrem do princípio da continuidade do serviço público os princípios da sindicabilidade e da autoexecutoriedade.
- D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece expressamente o princípio da sindicabilidade.**

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. De acordo com o entendimento jurisprudencial e a Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção CORRETA a respeito da improbidade administrativa:

- A) É possível a realização de transação, acordo ou conciliação em sede de ação de improbidade administrativa.
- B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com a publicação da sentença condenatória de primeiro grau, independentemente de trânsito em julgado.
- C) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- D) A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública**

34. Acerca da Lei nº 8.078/90 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens a seguir:

- I** – Segundo já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, é possível cumular a remissão com a aplicação de medida socioeducativa que não implique restrição à liberdade do adolescente infrator.
- II** – Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
- III** - As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.
- IV** - O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

- A) Os itens I e IV estão incorretos.
- B) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- C) Todos os itens estão corretos**
- D) Apenas os itens I, II e III estão corretos.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

35. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do entendimento do Superior Tribunal de Justiça em relação aos direitos do consumidor:

A) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

B) Segundo já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, quando o contrato de plano de saúde incluir atendimento obstétrico, a operadora tem o dever de prestar assistência ao recém-nascido durante os primeiros trinta dias após o parto (art. 12, III, "a", da Lei nº 9.656/98), independentemente de a operadora ter autorizado a efetivação da cobertura, ter ou não custeado o parto, tampouco de inscrição do neonato como dependente nos trinta dias seguintes ao nascimento.

C) É dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatização de seu nome em bancos de dados e cadastros.

D) Na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é passível de gerar responsabilização civil a atuação do órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito que, a despeito da prévia comunicação do consumidor solicitando que futuras notificações fossem remetidas ao endereço por ele indicado, envia a notificação de inscrição para endereço diverso.

36. Nos termos da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), assinale a alternativa INCORRETA:

A) Compete ao Ministério Público inspecionar exclusivamente entidades públicas de atendimento, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

B) A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

C) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida o Estatuto do Idoso, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

D) Constitui crime punido com detenção, abandonar idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado.

37. Acerca das disposições constantes do Decreto Federal nº 3.298, de 20-12-1999, julgue os itens a seguir:

I – A empresa que possua de quinhentos e um a mil empregados está obrigada a preencher 4% (quatro por cento) de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada.

II – São modalidades de inserção laboral da pessoa com deficiência a colocação competitiva e a promoção do trabalho por conta própria, ao passo que a colocação competitiva é considerada um procedimento especial de contratação.

III - As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

A) Todos os itens estão corretos.

B) Apenas os itens I e III estão corretos.

C) Os itens II e III estão incorretos.

D) Apenas o item I está correto.



XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

38. No tocante à Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, a concessão florestal, a servidão ambiental e o seguro ambiental são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

B) O CONAMA é órgão consultivo e deliberativo que compõe o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, sendo presidido pelo Secretário do Meio Ambiente.

C) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua, sendo que o prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.

D) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no máximo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Marque a opção CORRETA sobre a Lei Orgânica do Ministério Público de Roraima:

I - Os Estagiários e a Comissão de Concurso são órgãos auxiliares do Ministério Público.

II - O Conselho Superior do Ministério Público é órgão de execução do Ministério Público.

III - As Promotorias de Justiça são órgãos da administração do Ministério Público.

IV - O Procurador-Geral de Justiça é órgão de execução e a Procuradoria-Geral de Justiça é órgão da administração superior do Ministério Público.

A) Somente os itens I e II estão corretos.

B) Somente os itens III e IV estão corretos.

C) Todos os itens estão corretos.

D) Todos os itens estão errados.

40. Acerca das funções do membro do Ministério Público, marque a opção CORRETA:

I – Poderá expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em Lei nos inquéritos civis instaurados.

II - Poderá requisitar informações, exames periciais e documentos exclusivamente de autoridades estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excetuando-se autoridades e instituições federais e vinculadas à União.

III – Com a devida e antecedente concordância judicial, poderá requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processos em que officie.

IV – Poderá requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível, podendo acompanhá-los e produzir provas.

A) Os itens I e IV estão corretos.

B) Os itens II e III estão corretos.

C) Os itens I, II e IV estão corretos.

D) Todos os itens estão corretos.



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 15 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL):

Como a legislação brasileira disciplina a embriaguez, do ponto de vista da imputabilidade penal?

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

Quando começa a personalidade civil do homem e o que são direitos da personalidade?

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

O § 1º do artigo Art. 127 da Constituição Federal dispõe que “são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional”. Comente cada um desses princípios.

R
A
S
C
U
N
H
O



**XIV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO: fidelidade à temática; coerência, objetividade e clareza na exposição das ideias; atendimento às normas da gramática; atenção ao limite de linhas. O conteúdo da dissertação que estiver além do limite de linhas será desconsiderado.

Elabore sua redação sobre o TEMA:

“A CRISE DA VENEZUELA”

Ao dissertar, faça abordagem do impacto que a crescente migração de venezuelanos vem causando para o Brasil, do ponto de vista socioeconômico e humanitário.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O